

Relatório Final de Pesquisa

(GV pesquisa 2007-2008)

Renata Blay

Orientador: Fernando Luiz Abrucio

Co-orientador: Prof. Dr. Mário Aquino Alves

Sumário

INTRODUÇÃO	3
REFERENCIAL TEÓRICO	5
METODOLOGIA.....	9
ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	10
BIBLIOGRAFIA	22
ANEXOS	24

INTRODUÇÃO

O tema da minha pesquisa é Educação na Mídia: construção de significados e formação de opinião. Escolhi esse tema porque acredito que ele analisa dois aspectos fundamentais em uma sociedade: a educação, que tem a potencialidade de transformar as relações na sociedade, e a mídia, que é responsável pela produção e compartilhamento de informações e de significados e por isso está fortemente relacionada com a formação de opinião pública.

Uma grande parte do que é discutido sobre educação inicia-se com os assuntos que são tratados pela mídia anteriormente, isso porque as matérias jornalísticas trazem dados e informações sobre a nossa realidade, a partir dos quais podemos discutir e formar uma opinião sobre o tema.

Acredito que a mídia tem o poder de tornar certas informações públicas, nesse caso o que dizer e como dizer se torna muito importante, pois certamente essas informações serão discutidas e a partir delas podem surgir novas formas de pensar a educação.

O objetivo de meu trabalho de pesquisa é analisar como as políticas públicas em educação são tratadas pela mídia e como ela possibilita a formação de uma opinião pública sobre o tema.

A educação possibilita a aquisição de conhecimentos que podem construir uma sociedade melhor, tanto no sentido social quanto econômico. Segundo Paulo Freire, a educação estimula uma maior participação na vida política, uma vez que ela permite ao homem elaborar um pensamento crítico em relação a sua realidade e transformá-la a partir de sua criatividade. Sendo assim o homem passa a ser sujeito de sua realidade, uma vez que ele pratica, através do processo educativo, uma auto reflexão sobre a realidade que o cerca (FREIRE, 1965). A educação é o ponto de partida para qualquer mudança social e deve ser discutida constantemente na imprensa para estimular o debate entre a sociedade e favorecer a formação de uma opinião pública a respeito das políticas públicas de educação.

A mídia por sua vez, como diz Roger Silverstone em seu livro *Por que estudar a mídia?* “[...] contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados.” (SILVERSTONE, 1999, p.130). Segundo ele, a mídia permite que nos conectemos a outros, a outras realidades e outros espaços, sempre através do processo de mediação.

Esse trabalho se estrutura em seis capítulos: Introdução, Referencial teórico, Metodologia, Conclusão, Referências Bibliográficas e Anexos.

A Introdução apresenta o tema e objetivo do trabalho, além da justificativa de meu interesse sobre o assunto. No segundo capítulo, Referencial Teórico, são apresentados alguns dos conceitos utilizados na execução do trabalho. Eles foram extraídos das leituras feitas sobre o tema e estabelecem pontos de partida comuns.

O terceiro capítulo, denominado Metodologia, descreve como o trabalho foi desenvolvido de forma a atingir seu objetivo: as leituras e entrevistas feitas, assim como os problemas enfrentados no decorrer do trabalho. O quarto capítulo será uma breve conclusão sobre os resultados obtidos e sua importância como forma de compreender um pouco do universo estudado. No quinto capítulo estão localizadas as referências bibliográficas utilizadas em algumas citações ou que de alguma forma contribuíram para pensar sobre assunto.

O sexto capítulo, Anexos, conterá algumas informações complementares ao trabalho. Por exemplo, quando for discutida uma matéria de algumas das revistas analisadas no trabalho e somente um trecho dela for transcrito, a matéria integral estará no anexo. Essa é uma forma de permitir ao leitor do trabalho o acesso ao texto, para que ele não fique restrito a uma leitura parcial a partir dos fragmentos selecionados por mim.

REFERENCIAL TEÓRICO

O meu trabalho se baseou em conceitos encontrados nas leituras realizadas durante a pesquisa. Acredito ser importante discuti-los antes da apresentação do trabalho para que seja possível adotar pontos de partida comuns e facilitar a compreensão das relações que serão feitas posteriormente.

Tendo em mente o objetivo do trabalho é possível dizer que há três conceitos essenciais que se relacionam: mídia, políticas públicas em educação e opinião pública. Para entender como eles se relacionam é preciso antes compreender o que eles significam e para isso recorri às leituras.

O primeiro conceito é o de *mídia*, retirado do livro de Roger Silverstone, *Por que estudar a mídia?* Segundo esse autor “[...] devemos pensar a mídia como um processo, um processo de mediação” (SILVERSTONE, 1999, p.33). Para ele a mídia não se resume ao contato entre o texto midiático e o leitor. “É necessário considerar que ela envolve os produtores e consumidores de mídia numa atividade mais ou menos contínua de engajamento e desengajamento com significados que têm sua fonte ou seu foco nos textos mediados, mas que dilatam a experiência e são avaliados à sua luz numa infinidade de maneiras.” (SILVERSTONE, 1999, p.33). A dilatação da experiência citada pelo autor considera o aspecto de que a mídia trás para o privado um pouco do que é público e, nesse caso, ultrapassa o cotidiano de cada indivíduo.

Segundo o autor Leo Bogart o termo “the media” é, atualmente, utilizado para designar um conjunto de veículos destinados a comunicar informações como é o caso de alguns jornais, mas ele também é utilizado para os veículos que se propõem a diversão tais como a televisão e algumas revistas. A união desses veículos através da classificação pelo termo “the media” é nova e segundo o autor provavelmente teve início com o início da publicidade. Nesse caso a mídia tem o papel de instruir e divertir (BOGART, 2000).

Bogart diz que as informações as quais temos acesso pela mídia moldam os nossos valores e idéias. “In any society, the beliefs held in common

and the opinions under discussion at any given moment both depend upon the information to which this its members have access" (BOGART, 2000, p.18)

O autor diz que os nossos valores são moldados pelo contexto familiar em que vivemos, pela nossa ocupação, pelo estudo que desenvolvemos ao longo da vida entre outros fatores. Já as nossas opiniões são moldadas principalmente pela mídia uma vez que o contexto que é responsável pela formação de nossos valores não fornece um posicionamento em relação às questões relativas ao mundo. Nesse caso, afirma Bogart que "The media play an essential but often invisible part in organizing our thoughts, both on distant and abstract matters and on those that are close to home" (BOGART, 2000, p.19).

Uma vez que determinado assunto é tratado pela media ele se torna um problema ou uma matéria pública e cria-se uma opinião pública genuína sobre esse tema, uma vez que anteriormente ela não existia. Nesse sentido, segundo Bogart, a mídia é responsável por suscitar a discussão pública, o debate e a investigação de assuntos da sociedade. "Only the media can give us the sense that what goes on in the wider world is really our affair" (BOGART, 2000, p.19).

Bogart diz que a audiência que cada veículo tem depende de dois fatores principais. O primeiro é como o tempo é utilizado em diferentes classes sociais e em diferentes etapas da vida. Ao mesmo tempo em que uma pessoa quer ir ao cinema, outra deseja utilizar esse tempo para dormir ou encontrar os amigos. Outro fator importante é o custo que cada veículo de mídia possui. Comprar livros de arte ou fazer a assinatura de um jornal custa mais caro do que assistir o jornal na televisão.

Ao mesmo tempo em que a mídia permite que experiências e informações sejam compartilhadas ela possibilita a construção da individualidade de cada pessoa. As preferências de cada um por determinados veículos e canais acaba por criar pessoas diferenciadas pelo que lêem, assistem e ouvem (BOGART, 2000, p.24)

Segundo Hofstaetter "é considerada 'pública' a opinião de um grupo quando ela subjetivamente se impõe como a opinião dominante: o membro individual do grupo tem uma (provavelmente errônea) concepção quanto à importância da sua opinião e do seu comportamento (...)" (Hofstaetter, 1949, p.53)

Para Noelle Neumann, o conceito de opinião pública envolve o medo do indivíduo de se sentir isolado ao manter uma opinião divergente da dominante e ao mesmo tempo a exploração desse medo por aqueles que desejam impor a sociedade sua opinião: "At the bottom of all processes of public opinion lie both the individual's fear of isolating himself and the exploitation of this fear by those who want to impose their will on society, either to preserve an established opinion or to introduce a new rule" (NEWMANN, 1979, p.11). Essa autora diz que a opinião pública possui funções como estabilizar as sociedades, estabelecer prioridades e garantir legitimidade a um governo (NEWMANN, 1979, P.12)

É possível analisar muitos aspectos sobre as políticas públicas como, por exemplo, os fatores externos que influenciam a criação e implementação de uma política pública, tais como modificações sociais e ambientais, os atores centrais na formulação dessas políticas, entre outros.

Nesse trabalho irei tratar principalmente das abordagens que discutem quem são os atores centrais na formulação das políticas públicas. Uma vez que a mídia pode comunicar idéias, opiniões e pontos de vista ela tem a oportunidade estimular novos debates e consequentemente gerar novas políticas públicas. No caso de meu trabalho mais especificamente, um debate aprofundado sobre as políticas públicas em educação pela mídia pode gerar novas formas de olhar essas políticas e proporcionar mudanças futuras.

Há, na literatura, diferentes visões sobre os atores centrais na formulação das políticas públicas. Uma primeira linha sustenta que quem as formula principalmente é a sociedade e os grupos de interesse. Cabe ao Estado, nesse caso, colocar em prática essas decisões que partem da sociedade (SIMIELLI, 2008, p.30).

Uma segunda linha coloca o Estado como o ator principal na formulação de políticas públicas. Nesse caso, os gestores públicos e as organizações estatais estão no centro desses estudos (SIMIELLI, 2008, p.30).

Estudos posteriores buscaram incluir Estado e a sociedade na discussão, admitindo a importância dessas duas esferas na formulação das políticas públicas. Essa visão torna o debate mais aprofundado uma vez que a relação entre Estado e sociedade deve ser considerada (SIMIELLI, 2008, p.30).

Para Sabatier qualquer teoria para compreender como são formuladas e implementadas as políticas públicas, assim como os efeitos que essas políticas públicas provocam, é preciso analisar as instituições governamentais, o comportamento dos grupos de interesse, o público em geral e a mídia (SABATIER, 1997, p.147). Esse autor considera que não é suficiente analisar uma só instituição, é importante também analisar as relações que várias instituições estabelecem entre si.

METODOLOGIA

O caminho que escolhi para atingir o objetivo de analisar como as políticas públicas em educação são tratadas pela mídia e como isso influencia a formação da opinião pública foi o da aproximação com o objeto analisado, ou seja, a análise das matérias de educação publicadas em duas revistas: Veja e Carta Capital.

A revista Veja é uma publicação semanal da Editora Abril. Sua primeira edição foi publicada em 1968 e foi criada pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta e hoje é uma das revistas de maior circulação no Brasil com tiragem superior a um milhão de exemplares. A revista também possui versões regionais como Veja São Paulo e Veja Rio.

A Carta Capital foi fundada em agosto de 1994 por Mino Carta, criador da revista Veja. Primeiramente a revista era publicada mensalmente, em 1996 passou a ser quinzenal e só em 2001 se tornou semanal. A revista possui menos leitores que a revista Veja, sendo a sua tiragem média de 75 mil exemplares.

Essas revistas foram escolhidas porque elas apresentam posicionamentos diferentes no que se refere à política interna e externa. Sendo assim me pareceu interessante escolher publicações que caminham em sentidos opostos e analisar até que ponto isso se mantém quando o assunto abordado é a educação.

As duas revistas são publicadas semanalmente, o que permite que um maior número de exemplares seja analisado ao longo do período da pesquisa. As duas tratam igualmente de assuntos diversos, o que inclui entre eles as políticas públicas em educação.

A tiragem semanal das revistas é muito diferente, enquanto a Carta Capital imprime, semanalmente, em média 75 mil exemplares, a revista Veja imprime aproximadamente 1,2 milhões de exemplares. Acredito que essa diferença é interessante para a pesquisa porque demonstra que uma grande

maioria dos leitores opta pela revista Veja, o que justifica sua grande tiragem semanal.

Acompanhei os textos sobre o assunto publicados semanalmente nas duas revistas, desde o dia 12 de dezembro até o final do mês de abril, e tentei procurar os temas tratados com frequência e o posicionamento da revista em relação à educação. É importante dizer que analisei as matérias e os artigos referentes à educação básica no Brasil, que é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Como forma complementar de estudo sobre a discussão da educação nas revistas analisadas realizei entrevistas com jornalistas para compreender como são elaboradas as matérias e se existem empecilhos para que elas sejam publicadas.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Ao total foram analisadas no período selecionado vinte e uma edições de cada uma das revistas. A cada semana eu procurava nas revistas pesquisadas matérias, artigos ou entrevistas sobre educação referentes ao ensino básico. Caso fosse publicada algo referente ao assunto estudado eu marcava “sim” em um banco de dados e caso não houvesse nenhuma publicação sobre o assunto eu marcava “não”.

Após algumas semanas percebi que as matérias que discutiam a educação eram muito mais frequentes na revista Veja. Do total de vinte e uma semanas analisadas a Veja, em oito dessas semanas, publicou algo relacionado à educação básica entre artigos, matérias e entrevistas. É importante lembrar que as matérias analisadas tinham como assunto principal a educação e algum aspecto relacionado a ela. Não foram consideradas para análise as matérias que simplesmente citavam a educação, ou seja, nos casos em que ela não era o assunto principal. Ao total a Veja publicou quatro artigos, uma entrevista e seis matérias no período estudado.

A Carta Capital por sua vez publicou, no período analisado, apenas uma matéria, com o título “Asas à educação”, que fala sobre uma escola criada e mantida pela Embraer que pelos seus bons resultados tornou-se uma

referência nacional. Me surpreendi com o pequeno número de matérias publicadas sobre o assunto e fui atrás das respostas que pudesse explicar isso.

REVISTA VEJA

Foram publicadas na Veja seis matérias com o “chapéu” educação que privilegiaram os assuntos referentes à educação básica no Brasil. Destas seis acredito que quatro delas merecem destaque maior.

A primeira dessas matérias, publicada em dezembro, possui o título “Sumidos da sala de aula” e discute principalmente o problema das faltas constantes dos professores nas salas de aula. A matéria discute os pontos da nossa legislação que permitem que essas faltas ocorram e dos abusos que alguns professores tem feito da lei. São apresentados três exemplos de professores que faltam bastante sem que isso represente diminuição de seu salário e sem que sofram qualquer outro tipo de punição.

A matéria “Medo na escola”, publicada em abril, baseada em uma pesquisa realizada pelo Instituto Fernand Braudel em parceria com a Fundação Víctor Civita, revela como a violência nas escolas preocupa os pais dos alunos da rede pública da cidade de São Paulo. A violência presente nas escolas é um dos obstáculos que dificulta a aprendizagem e a evolução dos alunos na escola. Nesse caso parece que ter escola não é suficiente, é preciso criar um ambiente saudável para o aprendizado, no qual alunos e professores se sentem seguros.

A matéria “Fogueira Ideológica”, publicada em abril, é a que mais deixa claro o posicionamento da revista frente a um acontecimento. A matéria relata o protesto realizado pela Apeoesp, o maior sindicato de professores de São Paulo, contra o novo currículo escolar, produzido pela Secretaria Estadual de Educação, que padroniza o conteúdo a ser passado aos alunos da rede pública em cada aula. Para os professores esse tipo de conduta retira do professor a liberdade de conduzir sua própria aula. Os professores protestaram fazendo uma fogueira de livros no centro da cidade, queimando algumas das apostilas fornecidas pela secretaria.

A revista optou claramente por condenar a conduta e chegou até a fazer uma comparação do ocorrido com os períodos da Inquisição e do nazismo,

quando a queima de livros foi utilizada por outros motivos. Ao mesmo tempo em que a revista pretende levar os leitores a uma aproximação do nazismo e do ato realizado pelos professores as próprias fotos publicadas na matéria mostram que comparado com o período do nazismo a fogueira dos professores da Apeoesp foi mais um ato simbólico e serviu como uma forma de protesto para as suas reivindicações serem ouvidas pela Secretaria Estadual de Educação.

No trecho “Não resta dúvida, portanto, sobre o mérito da iniciativa de São Paulo – e sobre a falta de razão do violento protesto do sindicato” a revista explicita a sua opinião sobre os acontecimentos, se posicionando claramente como a favor das metas de ensino propostas pelo governo.

Em uma matéria intitulada “A melhor escola do mundo”, publicada em fevereiro a *Veja* tratou, de forma comparativa, a escola pública brasileira e a finlandesa. As escolas finlandesas lideram o ranking do Pisa, uma avaliação internacional de educação realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aplicada em 2006 com 400.000 alunos de 57 países diferentes. O Brasil encontra-se em uma das últimas posições dessa avaliação, juntamente com países como a Tunísia e a Indonésia. A matéria busca explicar alguns dos pontos chave do sucesso da Finlândia em sua reforma educacional que podem servir como caminhos de melhora para o Brasil.

É interessante notar que existe uma contradição entre o conteúdo das matérias “Fogueira ideológica” e “A melhor escola do mundo”, ambas discutidas acima. A grande crítica da revista *Veja* a ação dos professores da Apeoesp é de que eles são contra o novo currículo escolar produzido pela Secretaria Estadual de Educação e como argumento a revista diz que as pesquisas indicam que os alunos sempre têm desempenho melhor naquelas escolas em que os professores são guiados por metas de ensino.

Esse argumento é desfeito pela própria revista na matéria “A melhor escola do mundo”, que foi publicada pela *Veja* aproximadamente dois meses antes. Nessa matéria, que explica o sucesso das escolas finlandesas, foram publicadas uma série de fatores que explicam o alto nível das escolas e entre esses fatores estava o currículo flexível: “ O currículo escolar também é flexível, decidido em conjunto entre professores, administradores, pais e

representantes de alunos". Nesse caso, a experiência finlandesa bem sucedida mostra que a discussão sobre a padronização dos currículos escolares nem sempre, como a Veja citou, leva a um melhor desempenho dos alunos.

Nesse caso, parece que a revista Veja estava mais preocupada em criticar a postura dos professores de queimar apostilas do que realmente se aprofundar em uma discussão que não tem necessariamente uma resposta certa.

Em relação aos artigos publicados pela revista veja no período analisado destacam-se dois economistas: Cláudio de Moura e Castro e Gustavo Iloschpe. Em sua coluna "Ponto de Vista", no mês de fevereiro Cláudio de Moura e Castro fez uma discussão sobre o salário dos professores e sua correlação com a qualidade do ensino básico.

Através de dados recolhidos em pesquisas ele pretende atingir o ponto de que nem sempre os salários dos professores estão positivamente correlacionados com a qualidade no ensino, ou seja, se o professor ganha mais, conseqüentemente, melhor é o nível do ensino.

O autor do texto cita uma pesquisa conduzida por Samuel Pessoa que analisou os salários dos professores das escolas privadas e das escolas públicas. Segundo ele em média os salários do setor privado são um pouco inferiores, porém os professores das escolas privadas se sentem mais satisfeitos em relação a sua atividade e ao desempenho dos seus alunos. Outra pesquisa revela que enquanto 80% dos professores de escola pública estavam insatisfeitos e com baixa auto-estima, nas escolas privadas o panorama se inverte: 80% dos professores se sentem satisfeitos.

Cláudio Moura de Castro conclui: "Se essas idéias fazem sentido, os sistemas públicos ganhariam em qualidade se conseguissem criar um ambiente mais positivo e estimulante para seus professores". Ele diz que para melhorar a educação básica é preciso mais do que colocar dinheiro no sistema educacional.

Em dezembro de 2007 a revista Veja publicou um artigo de Gustavo Iloschpe intitulado "Professor não é coitado". O autor do texto busca com uma série de dados estatísticos provar que ser professor no Brasil não é tão ruim como muitas pessoas pensam. Diz Iloschpe, baseado, como ele mesmo diz, na "frieza dos dados" que a maioria dos professores trabalha apenas em uma

escola, sendo que a sua carga horária não é das mais massacrantes e que há vantagens da profissão como as férias longas, a estabilidade do emprego e o regime especial de aposentadoria para aqueles que são funcionários públicos. Além disso, o autor lembra que a nossa legislação permite que os professores falem sem que isso afete de alguma forma o seu salário.

A matéria continua nessa linha buscando trazer estatísticas que comprovem o título do artigo, ou seja, que “professor não é coitado”. Acredito que o autor do texto fornece um panorama educacional sem vida, baseado em números que busca retirar do tema a sua complexidade.

Uma discussão de qualidade sobre o assunto não deve recair sobre se os professores são “coitados” ou se vivem uma vida boa, mas sim analisar cuidadosamente o que pode ser feito para estimular esses professores em seu trabalho, como aprimorar os seus conhecimentos, como criar políticas que estimulem o ambiente educacional e como valorizá-los através de salários maiores.

Em outro artigo “Educação de quem? Para quem?”, publicado em janeiro loschpe continua a desenvolver o argumento presente em seu artigo, publicado um mês antes e já discutido acima, de título “Professor não é coitado”.

O texto publicado em janeiro parece querer dividir professores e alunos, como se eles não fossem complementares e necessários uns aos outros. loschpe tenta buscar os bandidos e os mocinhos da situação: “(...) os agentes do sistema educacional, especialmente os professores, aparecem apenas como as vítimas, que lutam sem jamais desistir apesar da enorme maré contra”.

O autor desmerece as reivindicações dos sindicatos dizendo que elas atendem a interesses da própria categoria e não da sociedade como um todo: “O problema não é que a corporação dos profissionais de ensino puxe a brasa para a sua sardinha: o problema é que eles tenham conseguido fazer com que o país aceite como sendo um programa para o bem comum aquilo que é, na verdade, a defesa dos interesses da sua categoria profissional”.

A sugestão de loschpe é que quem vive o dia a dia das salas de aula, e, portanto, sabe os problemas e a realidade desse contexto, se isente de formular políticas públicas: “Esses profissionais são servidores públicos e,

portanto, não cabe a eles formular política pública, mas sim acatar o programa decidido pela sociedade por meio de seus representantes eleitos”.

Em fevereiro de 2008 a revista *Veja* entrevistou a secretária estadual de Educação em São Paulo a respeito da nova política de estabelecer metas acadêmicas para as escolas, que se cumpridas, receberão mais verbas do governo como incentivo pelo desempenho.

Em uma das respostas da secretária há um elemento comum com o artigo publicado por Ioschpe sobre para quem devem ser dirigidas as políticas de educação. Ela diz: “O Brasil ainda está pouco habituado a encarar as políticas para a educação sob uma ótica mais voltada para os alunos”. Na mesma linha diz Ioschpe: “Um sistema educacional é criado para educar os alunos. É isso – só isso – que importa: Se as salas de aula são agradáveis ou não para o professor e se a escola é suficientemente convidativa para os seus funcionários são questões que deveriam ser relevantes apenas na medida em que comprovadamente afetam o desempenho dos alunos”.

Das seis matérias que analisei quatro delas foram assinadas por Camila Pereira. Nesse caso achei que ela seria a pessoa mais indicada para conversar sobre a produção de matérias jornalísticas no terreno de educação na revista *Veja*.

O objetivo dessa entrevista foi buscar compreender o universo da produção jornalística e como são selecionadas as pautas das matérias de educação.

Entrevista Camila Pereira**Repórter Veja****Como são escolhidas as pautas das matérias de educação?**

A aprovação de pautas acontece como em qualquer editoria da revista, ou seja, na maior parte das vezes, os repórteres dão sugestões que devem ser aprovadas pelo editor e, em última instância, pelo diretor da revista. Com menos frequência, a sugestão parte dos próprios chefes.

Não existem critérios sistematizados para a escolha de pautas. Em geral, elas atendem os critérios jornalísticos básicos: devem ser informação nova e relevante para o leitor. Na Veja, um outro aspecto contribui ainda para emplacar ou não a pauta – a exclusividade do material. Como saímos só uma vez por semana, existe a preocupação de não repetir o que os jornais já publicaram nos dias anteriores. Assim, uma pesquisa divulgada na terça-feira, por mais importante que seja, não será necessariamente pauta da revista, uma vez que já terá sido dissecada pelos outros veículos ao longo da semana.

Com que frequência as matérias de educação são publicadas na revista?

Não existe uma regra. A editoria de educação foi criada recentemente, em 2005, o que ajudou a aumentar o número de matérias sobre o tema. Antes, ela era vinculada à editoria “Brasil”.

De acordo com os arquivos da revista até junho foram publicadas nove matérias com o “chapéu” educação. Em 2007, foram 26 matérias, pouco mais de 2 por mês. Além das matérias o tema educação é tratado em entrevistas e como tema secundário em outras matérias.

Existe alguma dificuldade de inserir na revista as matérias de educação?

Não, ao contrário. Pelo que percebo, é um tema caro à direção da revista e do grupo Abril. Tão importante que eles consideraram necessário separá-la em uma editoria específica. Para efeito de comparação, Veja não tem uma editoria específica de esportes ou segurança, por exemplo.

A Veja adota um posicionamento diferenciado nas matérias de educação?

Bom, primeiro acho que a cobertura é necessariamente diferente pelas características da revista: público, periodicidade etc. Não podemos dar o mesmo tratamento às matérias que os jornais ou a TV, por exemplo. Fora isso, VEJA tem uma linha editorial clara em relação a certos valores e isso dá o tom de algumas matérias. Invasões de reitoria, por exemplo, não serão tratadas como uma forma aceitável de protesto porque é, antes de qualquer coisa, uma manifestação ilegal.

Existe algum tipo de indicador para avaliar o interesse das pessoas pelas matérias referentes à educação publicadas na revista?

As cartas que chegam à revista são um bom indicador. Em geral, as matérias de educação são muito comentadas pelos leitores.

REVISTA CARTA CAPITAL

Como já mencionei anteriormente, a revista Carta Capital publicou, no período analisado, apenas uma matéria com o título “Asas à educação”, que apesar de relatar uma experiência de uma escola montada através de esforços da iniciativa privada, no caso a Embraer, pode servir de exemplo de boa gestão para as escolas da rede pública.

A escola é formada exclusivamente por alunos de baixa renda e após quatro anos de existência, a escola coloca 95% dos seus alunos em ao menos uma faculdade, sendo que em 60% desses casos os alunos vão para as melhores faculdades como USP, Unicamp e Unesp.

A pequena quantidade de matérias sobre educação publicadas na Carta Capital foi um imprevisto que me deparei ao longo do processo de pesquisa, uma vez que não encontrei material suficiente para a análise. Decidi entrevistar o jornalista que escreveu a única matéria sobre educação publicada na Carta Capital, Ricardo Prado, que é também o editor da revista Carta na Escola para compreender melhor o motivo de tão poucas publicações.

Entrevista Ricardo Prado**Editor da revista Carta na Escola****A existência da revista Carta na Escola de alguma forma limita as matérias de educação que são publicadas na Carta Capital?**

Em tese, não deveria limitar as matérias de educação em Carta Capital. De fato, nos meses estudados por você, a ocorrência de matérias sobre educação é relativamente escassa, mas devo esclarecer que a pauta de Carta Capital não é decidida por mim, mas pelo redator-chefe, Sergio Lório e pelo Diretor de Redação, Mino Carta.

Nestes meses, a título de exemplo, Carta na Escola publicou entrevistas com o matemático Ubiratan D'Ambrosio, o escritor Arian Suassuna, a engenheira e professora da USP Roseli de Deus (coordenadora da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia – Febrace), a nutricionista Silvia Cozzolino, também professora da USP, o economista Ladislau Dowbor (falando sobre conhecimento local). Também realizamos reportagem sobre o “professor da família”, uma experiência de Taboão da Serra, e outra sobre duas experiências de educação integral, em Belo Horizonte e Nova Iguaçu.

As duas reportagens foram oferecidas em reunião de pauta da Carta Capital, porém não entraram. Já as entrevistas, fazem parte do cardápio específico de Carta na Escola.

Quando a revista Carta na Escola surgiu e qual era o seu objetivo?

Carta na Escola surgiu em setembro de 2005 e seu objetivo é abordar temas da atualidade para debate e ensino em salas de aula do ensino médio.

A revista Carta na Escola possui um público específico? Qual o seu conteúdo principal?

O leitor de Carta na Escola é o professor (a) do ensino médio, das últimas séries do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mas temos dados do setor de assinaturas e circulação que nos informam que

muitos alunos de cursinhos pré-vestibulares e aqueles que estão cursando os últimos anos do ensino médio também se interessam pela publicação.

As matérias de educação publicadas na Carta Capital são produzidas pelos mesmos jornalistas da Carta na Escola?

Algumas matérias de educação são produzidas pela equipe de Carta na Escola, mas não necessariamente. O mais comum é aproveitarmos matérias já publicadas em Carta Capital para usá-las em Carta na Escola, aprofundando o tema abordado.

Existe alguma dificuldade em inserir na Carta Capital as matérias de educação?

Como são duas revistas com públicos diversos, a Carta Capital com público mais geral e a Carta na escola com público mais específico, embora com alguns interesses em comum como a pauta de educação, nem sempre o que interessa ao nosso leitor-docente também será de interesse do leitor de Carta Capital. Foi o caso das duas reportagens citadas na minha primeira resposta, preteridas pela Carta Capital, mas bem adequadas ao público de Carta na Escola. A dificuldade talvez decorra de termos, em Carta na Escola, uma agenda própria, nem sempre coincidente com a da revista-mãe.

CONCLUSÃO

Entre as duas revistas analisadas a revista Veja apresentou mais publicações sobre as políticas públicas em educação. Do total de vinte e uma semanas analisadas a Veja, em oito dessas semanas, publicou algo relacionado à educação básica entre artigos, matérias e entrevistas, enquanto a Carta Capital publicou apenas uma matéria.

A revista Veja tratou de diferentes temas relacionados à educação básica como, por exemplo, a violência nas escolas, a falta dos professores nas salas de aula e novo currículo escolar. As políticas públicas em educação foram discutidas pela Veja em matérias, artigos e uma entrevista.

Percebi em minha análise que a revista Veja adota uma posição mais agressiva em relação aos professores. Notei isso principalmente na matéria “Fogueira Ideológica”, que mostrou os professores como “baderneiros” e nos artigos de Ioschpe, que pretendem mostrar que a vida dos professores não é tão ruim quanto eles dizem. Nesse sentido a revista não fornece espaço para os professores discutirem os problemas que enfrentam na sua profissão e, nesse caso, o debate sobre a educação fica limitado.

Pelo pequeno número de matérias publicadas na revista Carta Capital fica difícil concluir qual o tipo de posicionamento adotado pela revista e quais os assuntos que são considerados mais importantes por ela. A existência da publicação Carta na Escola parece ser uma das razões da publicação de um número reduzido de matérias sobre o assunto na Carta Capital, porém tenho a impressão que a revista não se dedica muito a esse tema. Isso fica evidente quando na entrevista de Ricardo Prado ele diz que, durante o período analisado pela minha pesquisa foram feitas algumas sugestões de pauta para a revista Carta Capital como, por exemplo, a matéria “professor da família”, mas essas não foram aceitas pela revista e acabaram sendo publicadas somente pela Carta na Escola.

Considero minha pesquisa importante porque ela faz uma análise, a partir do estudo de duas revistas, de como a mídia discute as políticas públicas

em educação e, conseqüentemente, como ela influencia a formação da opinião pública sobre esse tema.

As pesquisas futuras poderão tomar como base a minha para cada vez mais aprofundar o conhecimento e estudo sobre o tema, ampliando o número de periódicos analisados assim como o número de entrevistas.

A elaboração dessa pesquisa me introduziu no universo da produção científica e acredito que estou aprendendo muito nesse processo. Além de adquirir conhecimentos sobre o tema pesquisado aprendi algumas normas que regulam o trabalho científico e acredito que esse conhecimento será muito importante para a elaboração de outras pesquisas no futuro.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Ciência política no Brasil. Avanços e desafios*. In: Carlos Benedito Martins (org.). *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*. São Paulo, CAPES / EDUSC/ ANPOCS, 2005, pp. 105-121.

ALVES, Mário Aquino Alves. Terceiro Setor: o dialogismo polêmico. São Paulo: EAESP/FGV, 2002, 350.p. (Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Organizações, Recursos Humanos e Planejamento).

BOGART, Leo. *Commercial Culture: the media system and the public interest*. 2nd. Ed. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers. 2000. Cap. 1 e 2.

FONSECA, Francisco César Pinto da. *A Grande Imprensa e a Constituição da Agenda Ultraliberal na Nova República*. Revista de Estudos Históricos, v. 31, 2003.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 30.ed. São Paulo: Paz e terra, 2007.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro. 1984. Cap. VII

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. The Public Opinion and the Classical Tradition: A Re-evaluation. *Public Opinion Quarterly*, 43 (2), p.143-157, 1979.

SABATIER, Paul A. *Toward Better Theories of the Policy Process*. In: Political Science and Politics, Vol. 24, n° 2, 1991, pp. 147-156

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SIMIELLI, Lara E. R. *Coalizões em educação no Brasil: A pluralização da sociedade civil na luta pela melhoria da Educação pública de qualidade*. 2008. Dissertação (Mestrado, Administração de empresas) – FGV/Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

ANEXOS

Estão abaixo, integralmente disponibilizadas, as matérias, artigos e entrevistas que mencionei ao longo do meu trabalho. Esse material foi selecionado da revista Carta Capital e da revista Veja entre o período de 12 de dezembro até o final do mês de abril de 2008.

Matérias Revista Veja

19 de dezembro, 2007

Educação

Sumidos da sala de aula

A história dos professores campeões em faltas chama atenção para uma lei benevolente – e prejudicial ao ensino

Camila Pereira

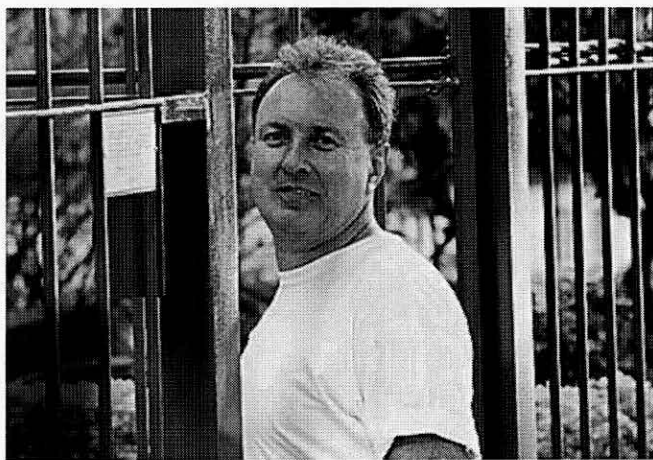
Nenhum fator numa escola é tão essencial ao bom ensino quanto um professor preparado para o desempenho de sua função – e isso já foi vastamente medido por pesquisas em sala de aula. Esses estudos se referem a duas qualidades fundamentais de um professor. A primeira delas diz respeito ao nível de conhecimento da matéria, um velho problema brasileiro. A outra é a sua capacidade de despertar interesse nos estudantes, estabelecer com eles uma relação de confiança e, enfim, fazer-se respeitado. Nesse caso, os professores brasileiros também patinam, antes de tudo por um motivo básico: muitos deles cultivam o estranho hábito de não aparecer para dar aula. Embora esse seja um dos maiores males da escola pública no Brasil, o absenteísmo dos professores é um fenômeno pobre de estatísticas. Os primeiros números consolidados sobre o assunto são do governo estadual de São Paulo. Como se trata, de longe, da maior rede de escolas públicas do país, os dados ajudam a dar uma idéia da realidade nacional. Em 2007, os professores faltaram ao trabalho, em média, 32 dias – 15% do ano letivo. São vários os casos de alunos que mal recordam a fisionomia de seus supostos mestres. Alguns professores praticamente não pisaram na escola. É o que revela um ranking com os campeões em ausências do estado, o primeiro do gênero feito com dados oficiais.

VEJA TAMBÉM
Nesta reportagem
• **Quadro: Professores ausentes, notas ruins**

A lista, com dez nomes, baseou-se nas faltas médicas, motivo número 1 para o absenteísmo no Brasil. De acordo com o levantamento, esses professores apresentaram, em média, 54 atestados médicos neste ano, além de outras justificativas para mais dezenas de faltas.

Sua história chama atenção para um fato perturbador: ao faltar tanto, nenhum deles sofreu algum dano na carreira, perdeu o sono preocupado com uma eventual demissão, tampouco teve prejuízos financeiros. Isso porque todos agiram rigorosamente dentro da lei. No caso das faltas médicas, os servidores públicos estaduais, incluindo os professores, podem apresentar um novo atestado dia sim, dia não. Com isso, eles têm direito a 105 ausências devidamente perdoadas. Se fizerem uso das demais faltas garantidas pelo Estado, também a salvo de descontos no salário, os professores só precisam comparecer 27 vezes à escola. Isso num ano letivo de 210 dias. Diz a especialista Denise Vaillant, doutora em educação: "A lei brasileira é condescendente com os professores, e eles evidentemente abusam dela". O caso de quatro professores campeões em faltas do estado ilustra bem isso. Veja a seguir.

"Cansei de ser professor"



Gabas é professor e advogado: assíduo no escritório, para lá de ausente na escola

Pergunte a qualquer funcionário do edifício Catanduva Center Comercial a opinião sobre o advogado José Roberto Gabas, 54 anos, e ele invariavelmente será descrito como um sujeito sério e assíduo no trabalho. Faça a mesma pergunta na Escola Estadual Doutor Nestor S. Bittencourt, de Catanduva, interior de São Paulo, e a resposta será algo bem diferente disso. Gabas é mais lembrado por lá como o professor de educação física que quase nunca aparece para dar aula. Alguns de seus alunos mal recordam sua fisionomia. "Praticamente não vimos o professor o ano inteiro. Ficamos com uma substituta", diz Amanda Carobeno, estudante de 14 anos. Neste ano, ele faltou 108 vezes, em 72 delas alegando algum problema de saúde. Segundo os atestados médicos, Gabas sofre de transtorno bipolar, uma doença psiquiátrica causadora de variações de humor.

Outro fato chama atenção nos relatórios recentes da escola. Suas faltas são de uma regularidade cartesiana – quase sempre às segundas, quartas e sextas. Como a lei perdoa

ausências por razões médicas apenas em dias intercalados, Gabas não é descontado no salário. Ele diz: "Só essas poucas aulas já me exigem um esforço sobre-humano". A doença, no entanto, não tem sido impedimento para o exercício da advocacia. Em 2007, Gabas compareceu a audiências e consta como advogado em 23 processos registrados no Tribunal de Justiça do Estado. "Assino uma petição ou outra. Os horários do escritório não são tão rígidos quanto os de uma sala de aula." Em relação à carreira de 31 anos como professor do estado, ele já se viu motivado. Foi de dez anos para cá que Gabas se tornou o rei das faltas e licenças. Hoje só pensa na aposentadoria, prevista para 2008. "Sou um pobre coitado. Tenho péssimas condições de trabalho e ainda ganho mal. Cansei de dar aula."

Dois empregos, nenhuma aula

"Meu marido não está em casa. Ele trabalha!" Assim Vilma, a mulher do matemático Miguel Arcangel Moreno, 52 anos, respondeu à pergunta sobre o seu paradeiro. Só deixou de mencionar um fato. Naquele dia 30 de novembro, uma sexta-feira, Moreno deveria dar cinco aulas de matemática aos alunos da Escola Estadual Giuseppe Pisoni, em Rio Grande da Serra, na Grande São Paulo. Mas lá ele não apareceu. O trabalho a que se referia Vilma era na empresa Solvay, uma multinacional do setor químico, onde, aí sim, Moreno é visto todos os dias. A assiduidade num emprego contrasta com a ausência no outro. Os fatos: neste ano, Moreno não deu uma aula sequer. Em 59 vezes, justificou sua ausência com uma variedade de atestados médicos. No tal dia em que trabalhava normalmente na Solvay, ele estava oficialmente em licença médica na escola. Depois de onze anos como professor do estado, durante os quais suas ausências foram se intensificando ano a ano, Moreno conta que pediu para ser remanejado para uma das funções administrativas do colégio, um processo ainda em curso. Para tal, precisa comprovar ter alguma doença que o impeça de lecionar. Quanto a isso, ele é evasivo: "Não sou médico, portanto não posso falar nada sobre o assunto. Algum impedimento certamente eu tive para não ir à escola". Moreno não dá nenhum sinal de sentir falta da sala de aula. Ao contrário. Ele se queixa do salário e da violência: "Quero uma função administrativa justamente para fugir do contato com os alunos. O professor que vai dar aula hoje é um herói".

Falta com dia e hora marcados

Roberto Setton



O professor Denílson Pino (de costas): "O

estado me dá liberdade para faltar"

Neste ano, o professor de filosofia Denílson Pino, 31 anos, deixou de dar 47 dias de aula aos alunos da escola Dr. Antonio Pereira Lima, na cidade de São Paulo. Todas essas vezes, ele apresentou um atestado médico para justificar sua ausência. Na realidade, Pino não sofre de nenhum problema de saúde. Quem precisa ir semanalmente ao médico é seu pai. E Pino falta à escola para acompanhá-lo. Ele não está infringindo a lei, segundo a qual faltas médicas em casos de doença na família também são permitidas. Sua história, no entanto, é uma boa ilustração de como a lei pode ser benevolente com os professores – e nem tanto com os alunos. Pino admite abertamente fazer uso máximo dela a seu favor. "Poderia pedir uma licença médica e dar à escola a possibilidade de colocar um professor no meu lugar, mas seria descontado – e isso eu não quero." Também poderia compartilhar os cuidados em relação ao pai com a irmã, mas aí entra uma segunda questão. Ela trabalha numa empresa privada. "Isso certamente atrapalharia. Já o estado me dá liberdade para faltar." Pino também assume escolher a dedo os dias de ausência, em geral as terças-feiras. É mais conveniente assim porque, justamente nas terças, deveria dar aulas de manhã e só retornar à sala de aula quatro horas depois. O intervalo lhe consumiria tempo demais. Ele diz: "O estado não me paga para isso".

Reunião, só no sindicato

Joel Silva/Folha Imagem



Fátima Fernandes: sindicalista e ex-candidata à prefeitura, teve 57 faltas médicas

A professora de português Fátima da Silva Fernandes, 53 anos, ocupa um cargo de destaque na hierarquia sindical. Ela pertence à diretoria da Apeoesp, o maior sindicato de professores do país. Para quem tem uma função como essa, a rotina de reuniões e congressos é intensa. Fátima ainda acumula suas atribuições sindicais com as aulas na escola Eugênia Vilhena de Moraes, de Ribeirão Preto. Pelo contrato, ela deveria dar 29 aulas semanais. Mas a realidade é outra. Neste ano, Fátima compareceu à escola apenas sete vezes. Além de eventuais licenças médicas, foram 57 as faltas justificadas por problemas de saúde. Os atestados apresentados por ela se referem a depressão. Ainda assim, a professora teve fôlego para sua agenda sindical: de acordo com dados da escola, ausentou-se seis vezes para comparecer a reuniões como diretora do sindicato, justamente no horário das aulas. Normalmente, os professores substitutos ficam de

sobreaviso, no caso de o titular faltar. Diante do caso de Fátima, a situação inverteu-se. Por segurança, a professora eventual passou a ir à escola todos os dias. A sindicalista é professora efetiva do estado há vinte anos. Tem um histórico de faltas médicas, mas isso não parece abalar sua disposição para atividades políticas. Em 2004, ano em que tirou dezoito dias de licença médica, Fátima saiu candidata à prefeitura de Ribeirão Preto pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Com 2.430 votos, perdeu a eleição.

20 de fevereiro, 2008

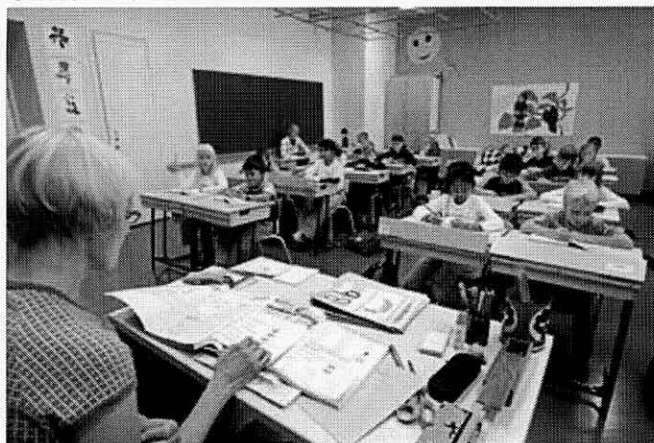
Educação

A melhor escola do mundo

Como a Finlândia criou, com medidas simples e focadas no professor, o mais invejado sistema educacional

Thomaz Favaro, de Helsinque

Olivier Morin/AFP



Aula no ensino fundamental: professores com autonomia

Quem entra numa escola na Finlândia se espanta com a simplicidade das instalações. Era de esperar que o sistema educacional considerado o melhor do mundo surpreendesse também pela exuberância do equipamento didático. Na verdade, na escola

Meilahden Yläaste, em Helsinque, igual a centenas de outras do país, as salas de aula são convencionais, com quadro-negro e, às vezes, um par de computadores. Apesar do despojamento, as escolas finlandesas lideram o ranking do Pisa, a mais abrangente avaliação internacional de educação, feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O último teste, em 2006, foi aplicado em 400

VEJA TAMBÉM

Nesta reportagem

• **Quadro: Ênfase nos professores**

Finlândia x Brasil

A Finlândia ocupa o topo do ranking de qualidade de ensino feito pela OCDE com base em testes aplicados a alunos de 57 países

CIÊNCIA

Finlândia	X	BRASIL
1º lugar		52º lugar

MATEMÁTICA

Finlândia	X	BRASIL
1º lugar		53º lugar

LEITURA

Finlândia	X	BRASIL
2º lugar		48º lugar

000 alunos de 57 países. O Brasil disputa as últimas posições com países como Tunísia e Indonésia. O segredo da boa educação finlandesa realmente não está na parafernália tecnológica, mas numa aposta nas duas bases de qualquer sistema educacional. A primeira é o currículo amplo, que inclui o ensino de música, arte e pelo menos duas línguas estrangeiras. A segunda é a formação de professores. O título de mestrado é exigido até para os educadores do ensino básico.

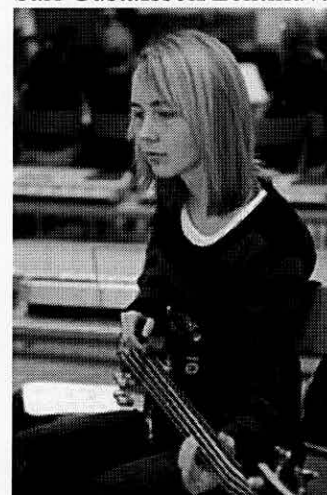
Dar ênfase à qualidade dos professores foi um dos primeiros passos da reforma educacional que o país implementou a partir dos anos

70, e é nesse quesito que a Finlândia mais tem a ensinar ao Brasil. Quarenta anos atrás, metade da população finlandesa vivia na zona rural. A economia era dependente das flutuações do preço da madeira, já que 55% das exportações vinham da indústria florestal. Além dos bosques que cobrem 75% do território, o país só tinha a oferecer sua mão-de-obra barata. Os finlandeses emigravam em massa para vizinhos ricos, como a Suécia, em busca de melhores condições de vida. Preocupados com a má qualidade das escolas públicas, os pais estavam transferindo os filhos para instituições privadas de ensino. Em alguns desses aspectos, a Finlândia se parecia com o Brasil. A reforma educacional colocou a qualificação dos professores a cargo das universidades, com duração de cinco anos. Hoje, a profissão é disputadíssima (só 10% dos candidatos são aprovados) e usufrui grande prestígio social (é a carreira mais desejada pelos estudantes do ensino médio).

O segundo passo da reforma, em 1985, foi descentralizar o sistema de ensino. Por esse conceito, o professor é o principal responsável pelo desempenho de seus alunos: é ele quem avalia os estudantes, identifica os problemas, busca soluções e analisa os resultados. O Ministério da Educação dá apenas as linhas gerais do conteúdo a ser lecionado. "Isso só é possível porque os professores recebem um treinamento prático específico para saber lidar com tanta independência", disse a VEJA Hannele Niemi, vice-reitora da Universidade de Helsinque, que trabalha com a formação de professores há três décadas. O currículo escolar também é flexível, decidido em conjunto entre professores, administradores, pais e representantes dos alunos. A cada três anos, as metas da escola são negociadas com o Conselho Nacional de Educação, órgão responsável por aplicar as políticas do ministério. "Queremos que os professores e os diretores, que conhecem o dia-a-dia da escola, sejam responsáveis pela educação", diz Reijo Laukkanen, um dos membros mais antigos do Conselho Nacional de Educação.

O governo finlandês faz anualmente um teste com todas as escolas do país e o resultado é entregue ao diretor da instituição, comparando o desempenho de seus alunos com a média nacional. Cabe aos diretores e aos professores decidir como resolver seus fracassos. Esse sistema tem o mérito de fazer com que os professores se sintam motivados para trabalhar. A reforma educacional finlandesa levou três décadas para se

Sari Gustafsson/Lehtikuva



Eeva-Maria em aula de música

consolidar. Pouco a pouco, as crianças voltaram a ser matriculadas nas escolas públicas e as instituições privadas foram incorporadas ao sistema do estado. Hoje, 99% das escolas são públicas e o aluno conta com material escolar, refeições e transporte gratuitos. Cerca de 20% dos estudantes recebem algum tipo de reforço escolar, índice acima da média internacional, de 6%. "Quando um aluno repete, perde toda sua motivação, torna-se amargo e pode até apresentar resultados piores que na primeira tentativa", diz Eeva Penttilä, do departamento de educação da cidade de Helsinque.

O sucesso da educação finlandesa é, em parte, fruto das características únicas do país. A população, de 5,2 milhões de habitantes, é relativamente pequena e homogênea. "Com uma população 35 vezes maior e disparidades regionais e sociais mais acentuadas, o Brasil não conseguiria ter o mesmo padrão de igualdade entre as escolas, como existe na Finlândia", diz João Batista de Oliveira, ex-secretário executivo do Ministério da Educação. O preço do sistema de bem-estar social que assiste o cidadão do berço ao túmulo é uma carga tributária de 43% do PIB, uma das maiores do mundo, mas apenas seis pontos acima da brasileira. Ou seja, trata-se de um estado paquidêmico, mas eficiente. A Finlândia é o país menos corrupto, segundo a Transparência Internacional.

Sari Gusta Gustafsson/Lehtikuva



A brasileira Andrea leciona inglês em Helsinque: exigência alta

Há quase treze anos na Finlândia, a brasileira Andrea Brandão conhece bem as diferenças entre as duas sociedades. "No Brasil, muita gente acha que algumas profissões, como porteiro, não necessitam de um ensino básico de qualidade", diz. "Na Finlândia, existe um consenso de que todo mundo precisa ter uma educação mínima para ser um cidadão." Andrea é professora de inglês em uma das poucas escolas particulares do país, voltada para a população de fala sueca, que é minoria na Finlândia. Particular, nos "moldes finlandeses", significa que os alunos pagam uma anuidade opcional de 100 euros, pouco mais de 250 reais. A estudante Eeva-Maria Puska, de 16 anos, passa seis horas e meia por dia na escola Meilahden Yläaste, em Helsinque. Além das disciplinas obrigatórias, ela frequenta aulas de música, artes e francês, opcionais para os alunos da 9ª série. Mesmo com tantas matérias, Eeva não reclama da carga horária nem, menos ainda, do ambiente: "Gosto dos meus professores, tanto como profissionais quanto como pessoas", afirma. Na sua escola, professores e alunos conversam amigavelmente nos corredores espaçosos e bem iluminados.

A educação de qualidade foi essencial para uma virada na economia finlandesa. A mão-de-obra qualificada permitiu que a eletrônica substituísse a madeira e o papel como principais produtos de exportação. A Finlândia tem hoje o terceiro maior investimento em pesquisa e desenvolvimento do planeta, grande parte feita por empresas privadas. Uma antiga fábrica de papéis e de botas de borracha do interior do país foi o símbolo dessa transformação. A empresa, Nokia, hoje é a maior fabricante mundial de celulares, com 40% do mercado internacional. Juntos, ela e o sistema educacional são os dois maiores orgulhos dos finlandeses.

Os cinco segredos da educação finlandesa

A Finlândia consegue ter os alunos mais bem preparados do mundo com medidas simples e ênfase na formação dos professores

1 A exigência com os professores é alta e a carreira, concorrida

O vestibular para ser professor é um dos mais disputados do país. Apenas 10% dos candidatos são aprovados. Exceto na pré-escola, o mestrado é pré-requisito para lecionar

2 A mesma qualidade para todos

A discrepância no desempenho entre as escolas do país é a menor do mundo. O governo mantém um sistema sigiloso de avaliação das escolas (99% são públicas) e os diretores são informados sobre o desempenho delas

3 Os piores alunos não são deixados para trás

Dois em cada dez estudantes recebem aulas de reforço. Por causa disso, os índices de repetência são baixíssimos

4 Currículo variado

Além das matérias básicas, há aulas de ecologia, ética, música, artes e economia doméstica. O ensino de duas línguas estrangeiras é obrigatório, mas, se o aluno quiser, pode aprender outras duas

5 Os alunos devem ter prazer em ficar na escola

Os diretores e professores são responsáveis por criar um ambiente agradável para os estudantes. A carga horária não é excessiva e, a partir da 7ª série, os alunos são livres para escolher algumas disciplinas com as quais têm mais afinidade

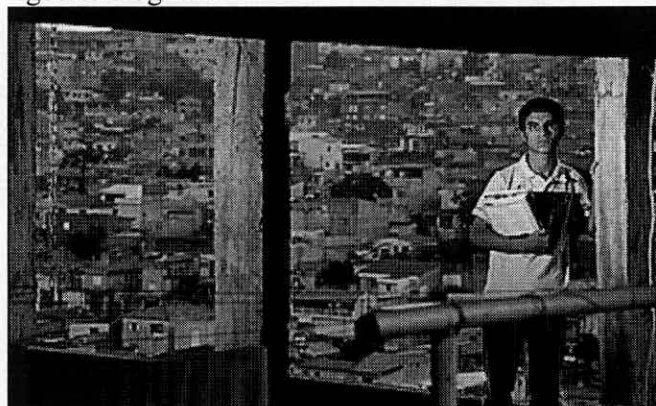
9 de abril, 2008

Educação Medo na escola

Pesquisa mostra que os pais não acham a sala de aula um lugar seguro para os filhos

Camila Pereira

Egberto Nogueira



Lucas testemunhou brigas violentas e consumo de drogas no pátio: "É difícil estudar assim"

O período do dia que as crianças passam na escola deveria ser de tranquilidade para os pais. Os filhos, afinal, estão sob a supervisão de outros adultos, em um ambiente voltado para a atividade intelectual. Esse é o cenário esperado – mas ele está longe de espelhar a realidade em muitas das escolas públicas brasileiras, sobretudo as das grandes cidades. O fato de a escola nem sempre ser um lugar pacífico não chega a ser novidade. O mérito de uma pesquisa divulgada na semana passada foi mostrar, em detalhes e com números, em que medida a violência preocupa os familiares. O estudo, conduzido pelo Instituto Fernand Braudel em parceria com a Fundação Victor Civita, baseou-se na opinião de pais de alunos da rede pública da cidade de São Paulo. Ele chama atenção para um dado impressionante: os pais não só não estão em paz ao enviar os filhos à escola como, bem ao contrário disso, 44% dizem que ela não oferece segurança aos alunos. O medo da violência é tamanho que nenhum outro tema relativo à rotina escolar ganha tanto espaço em casa quanto brigas ou o uso de drogas no recreio.

Esse assunto aparece à frente daquilo que deveria estar no centro das conversas familiares: a sala de aula.

A preocupação dos pais tem respaldo na realidade – e a própria pesquisa aponta isso: 45% deles relatam saber de episódios de agressão física na escola dos filhos, 40% mencionam roubos e furtos e 32% se referem a casos de drogas no pátio. São dados que ajudam a explicar parte da insegurança manifestada pelos entrevistados. Há, no entanto, outra razão – essa de caráter mais subjetivo: tal insegurança é também provocada pela indisciplina e pela desorganização nas escolas. Explica Patrícia Guedes, uma das coordenadoras da pesquisa: "Esse ambiente transmite a idéia de que as crianças estão desprotegidas – e não sendo cuidadas". O fato é que, em escolas onde todo mundo se sente mais vulnerável, os alunos faltam mais às aulas e o ensino piora, segundo demonstrou um estudo da Unesco. Resume o estudante Lucas Batista, 15 anos, testemunha de xingamentos entre professores e alunos e do consumo de drogas nas dependências de sua escola: "Com um clima assim, é difícil aprender qualquer coisa".

A violência não é um problema restrito às escolas públicas de São Paulo, tampouco está circunscrito à realidade brasileira. Em Londres, em Nova York ou na Cidade do México, ela também aparece. Todas essas metrópoles lidam com redes gigantescas de escolas e classes lotadas, sobre as quais é, evidentemente, mais difícil manter o controle. Olhar para medidas eficientes tomadas nessas cidades pode ajudar o Brasil. Antes de tudo, elas se cercaram de estatísticas para mapear o problema, o que praticamente inexistia no caso brasileiro. Em outra frente, algumas delas criaram núcleos de educadores para tratar dos casos de violência nas escolas, antes da alçada exclusiva da polícia. Com tudo isso, as ocorrências em Nova York caíram 10% em apenas dois anos e o ensino melhorou – algo de que, não há dúvida, o Brasil precisa com urgência.

UM RETRATO DA INSEGURANÇA

Ao ouvir a opinião de pais sobre os colégios públicos de São Paulo, uma nova pesquisa mostra que eles temem pela segurança dos filhos na escola.

As conclusões:

- ✓ Agressões físicas e drogas no colégio são o tema número 1 nas conversas entre pais e filhos – à frente de qualquer outro assunto sobre a escola
- ✓ De nove atributos de uma boa escola, os pais colocam a presença de policiamento em segundo lugar
- ✓ Entre os casos de violência mais citados pelos pais aparecem agressões físicas (45%), roubos e furtos (40%) e consumo de drogas (32%)

Fonte: Instituto Fernand Braudel/Fundação Victor Civita

16 de abril, 2008

Educação Fogueira ideológica

Livros didáticos queimados em praça pública – e os responsáveis são professores

Camila Pereira



Das apostilas, só sobraram as cinzas (*à dir.*): a queima de livros foi arma do nazismo

Livros em chamas remetem a períodos de obscurantismo na história. Foi assim na Inquisição, cinco séculos atrás, quando obras contrárias à doutrina da Igreja Católica eram queimadas em praça pública. Essa também foi uma prática dos nazistas. Em doze anos no poder, eles carbonizaram milhares de volumes em macabras cerimônias noturnas em que as chamas produzidas pelo papel queimando-se eram luzes que anunciavam as trevas da intolerância. Poucos dias atrás, a cena de uma fogueira de livros, no centro da cidade de São Paulo, ecoou esses tempos sombrios. O episódio, por si só, já chamaria atenção. Piora ainda mais o quadro saber que a iniciativa partiu de um grupo de professores, justamente de quem mais se espera o apreço à diversidade de opiniões. Os responsáveis pelas labaredas são da Apeoesp, o maior sindicato de professores de São Paulo. Enquanto os livros desapareciam com o fogo, eles gritavam: "Quei-ma, quei-ma!".

A razão para a indignação dos sindicalistas também surpreende: eles protestavam contra o novo currículo escolar produzido pela Secretaria Estadual de Educação. De quebra, colocaram na fogueira algumas das apostilas fornecidas pela secretaria. O currículo contra o qual eles se posicionam é um documento que organiza o conteúdo a ser transmitido aos alunos da rede pública – com metas estabelecidas para cada aula do ano. Deveria ser bem-vindo, mas os sindicalistas decidiram reduzir alguns dos exemplares a um punhado de cinzas por considerá-lo, antes de tudo, uma afronta à liberdade de o professor conduzir sua própria aula. Em segundo lugar, por julgá-lo "limitado" e

"incapaz de formar cidadãos", segundo palavras do professor Carlos Ramiro, o presidente da Apeoesp.

A pregação ideológica do sindicato não tem confirmação nas pesquisas. Elas indicam que os alunos sempre têm desempenho melhor naquelas escolas em que os professores são guiados por metas de ensino – algo elementar, mas ainda uma raridade no Brasil. Enquanto em outros países o currículo já é, há tempos, artigo básico, aqui os professores de escolas públicas começam a ser apresentados a ele só agora e ainda em poucos estados, como Minas Gerais e Tocantins. Não resta dúvida, portanto, sobre o mérito da iniciativa de São Paulo – e sobre a falta de razão do violento protesto do sindicato. Diz a secretária estadual de educação, Maria Helena Guimarães de Castro: "Os sindicalistas são corporativistas. Eles rejeitam qualquer instrumento que permita a prestação de contas da escola à sociedade". Com o novo currículo, os professores passam a estar mais sujeitos à cobrança sobre o que ocorre em sala de aula e terão, finalmente, de se pautar por um objetivo mensurável. Esse é um cenário que favorece o ensino de qualidade. A fogueira dos sindicalistas sinaliza que a preocupação central deles é a política e não a formação dos alunos. Uma pena.

Artigos e entrevistas Revista Veja

12 de dezembro, 2007

Artigo: Gustavo Ioschpe
Professor não é coitado

"Certamente há muito que melhorar, mas é igualmente certo que o nosso professorado não trabalha em condições infra-estruturais sofríveis. A idéia de um professor acuado pela violência também não se confirma quando contrastada com a frieza dos dados"

O professor brasileiro é um herói. Batalha com afinco contra tudo e todos em prol de uma educação de qualidade em um país que não se importa com o tema, ensinando em salas hiperlotadas de escolas em péssimo estado de conservação. Tem de trabalhar em dois ou três lugares, com uma carga horária exaustiva. Ganha um salário de fome, é constantemente acossado pela indisciplina e desinteresse dos alunos e não conta com o apoio dos pais, da comunidade, do governo e da sociedade em geral.

Se você tem lido a imprensa brasileira nos últimos vinte anos, provavelmente é assim que você pensa. Permita-me gerar dúvidas.

Segundo a última Sinopse Estatística do Ensino Superior, em 2005 havia 904.000 alunos matriculados em cursos da área de educação, ou o equivalente a 20% do total de alunos do país. É a área de estudo mais popular, deixando para trás gerenciamento e administração (704.000) e direito (565.000). Ademais, é uma área que só faz crescer: em 2001, eram 653.000 alunos – um aumento de quase 40% em apenas quatro anos.

No mercado profissional, os números do professorado também são mastodônticos. Segundo dados da última Pnad tabulados por Simon Schwartzman, há 2,9 milhões de professores em todo o país. É provavelmente a categoria profissional mais numerosa.

Jose Patricio/AE



Professores em formação: uma profissão muito procurada no Brasil apesar das queixas

Surge o questionamento: se a carreira de professor é esse inferno que se pinta, por que tantas pessoas optam por ela? Pior: por que esse interesse aumenta ano a ano? Seria uma categoria que atrai masoquistas? Ou desinformados?

A resposta é mais simples: porque a realidade da carreira de professor é bastante diferente da imagem difundida.

A maioria dos professores trabalha em apenas uma escola. Segundo o Perfil dos Professores Brasileiros, ampla pesquisa realizada pela Unesco, 58,5% têm apenas um local de trabalho. Os que fazem dupla jornada são pouco menos de um terço: 32,2%. Só 9%, portanto, trabalham em três escolas ou mais. Sua carga horária também não é das mais massacrantes: 31% trabalham entre uma e vinte horas em sala de aula por semana, 54% ficam entre 21 e quarenta horas e o restante trabalha mais de quarenta horas. Os professores costumam argumentar que seu trabalho se estende para fora da sala de aula, com correção de tarefas, preparação de aulas etc. Nisso, não são diferentes de todos os outros profissionais liberais – qual o médico que não estuda fora do consultório ou o advogado que não pesquisa a legislação nos horários fora do escritório?

O que os representantes da categoria não costumam mencionar são as vantagens da profissão: as férias longas, a estabilidade no emprego e o regime especial de aposentadoria (80% são funcionários públicos) e, sobretudo, a regulamentação frouxa. No estado de São Paulo, 13% dos professores da rede estadual faltam a cada dia, contra 1% daqueles da rede privada. Há um amontoado de proteções jurídicas para que essa ausência não redunde em perda salarial – infelizmente, não conseguimos blindar o aprendizado dos alunos contra as faltas docentes.

Não é correta, também, a idéia de que os professores trabalham em estabelecimentos superlotados. Segundo os dados oficiais, há 27 alunos por turma no ensino fundamental (de 1ª a 8ª série). A relação só sobe nos três anos do ensino médio, para 37 alunos por turma – dentro da normalidade, portanto.

Tampouco procede a idéia de que as escolas não tenham as condições mínimas de infraestrutura para a realização de aulas. As histórias de escolas de lona ou de lata rendem muito noticiário justamente por serem a exceção, a aberração. Mais de 90% de nossas escolas de ensino fundamental têm banheiro, água encanada e esgoto, e 87% contam com eletricidade. Quase um terço tem quadra esportiva, e 42% dispõem de computadores. Certamente há muito que melhorar, mas é igualmente certo que o nosso professorado não trabalha em condições infra-estruturais sofríveis.

Paulo Liebert/AE



Patrulha na porta de uma escola em São Paulo: os professores não estão mais expostos à violência

A idéia de um professor acuado pela violência também não se confirma quando contrastada com a frieza dos dados. Questionário respondido pelos professores quando da aplicação do Saeb, o teste do ensino básico, revela que apenas 3% deles haviam visto, em toda a sua carreira, alunos com armas de fogo, que só 5,4% dos professores já foram ameaçados e 0,7% sofreu agressão de aluno. São incidentes lamentáveis e que devem ser punidos com todo o rigor da lei. Essa quantidade de problemas, porém, está longe de indicar uma epidemia de violência tomando conta das nossas escolas.

Finalmente, a questão crucial: o salário. Há uma idéia encravada na mente do brasileiro de que professor ganha pouco, uma mixaria. É verdade que o professor brasileiro tem um salário absoluto baixo – o que se explica pelo fato de ele ser brasileiro, não professor. Somos um país pobre, com uma massa salarial baixa. O professor tem um contracheque de valor baixo, assim como médicos, carteiros, bancários, jornalistas e todas as demais categorias profissionais do país, com exceção de congressistas (e suas amantes). Quando estudos econométricos comparam o salário dos professores com o das outras carreiras, levando em consideração a jornada laboral e as características pessoais dos trabalhadores, não há diferença para a categoria dos docentes. Ou seja, os professores ganham aquilo que é compatível com a sua formação e o seu trabalho, e ganhariam valor semelhante se optassem por outra carreira. Quando se leva em conta a diferença de férias e aposentadoria, o salário do professor é mais alto do que o do restante. Estudo recente de Samuel Pessoa e Fernando de Holanda, da FGV, também mostrou que o salário do professor de escola pública é mais alto do que aquele recebido por seu colega de escola particular. Achados semelhantes emergem quando se compara o professor brasileiro com aquele de outros países. Enquanto aqui ele ganha o equivalente a 1,5 vez a renda média do país, a média dos países da OCDE (que têm a melhor educação do planeta) é de 1,3. Na América do Sul, os países com qualidade de

ensino melhor que a brasileira têm professores que recebem menos: 0,85 na Argentina, 0,75 no Uruguai e 1,25 no Chile. Esses são dados um pouco defasados, de 2005. É provável que atualmente o quadro seja ainda melhor, pois os estudos sobre o tema mostram que os rendimentos dos professores vêm aumentando, à medida que mais deles têm diploma universitário. Segundo os dados da última Pnad colhidos por Schwartzman, houve um aumento de 20% nos rendimentos dos professores da rede estadual e de 16% nos da rede municipal apenas entre 2005 e 2006.

Apesar de todos esses dados estarem amplamente disponíveis, perdura a visão de que o professor é um coitado e/ou um herói, fazendo esforços hercúleos para carregar o pobre aluno ladeira acima. Longe de ser uma questão apenas semântica ou psicológica, essa caracterização do professor é extremamente daninha para o progresso do nosso ensino, porque ela emperra toda e qualquer agenda de mudança. A literatura empírica aponta que há muito que professores, diretores e gestores públicos podem fazer para obter melhorias substanciais no aprendizado de nossos alunos, mas é quase impossível ter qualquer discussão produtiva nesse sentido no Brasil, pois, antes de mais nada, seria necessário "recuperar a dignidade do magistério", "dar condições mínimas de trabalho aos professores" etc. A mitificação do nosso professor impede que o vejamos como ele é: um profissional, adulto, consciente de suas decisões e potencialidades, inserido em uma categoria profissional que, como todas as outras, abriga muita gente competente, muita gente incompetente e muitos outros medíocres e que, portanto, deve receber não apenas encorajamento e defesa condescendentes, mas também cobranças e críticas construtivas e avaliações objetivas de seus méritos e falhas. Só assim melhoraremos o desempenho das nossas escolas e daremos um futuro ao país.

16 de janeiro, 2008

Artigo VEJA
Educação de quem?
Para quem?

"As questões relativas à escola foram seqüestradas pela agenda da corporação dos funcionários do ensino. Defender o professor não é o mesmo que defender os alunos? Esse discurso é o dos profissionais do ensino"

Gustavo Ioschpe

Mario Rodrigues



Passeata de funcionários do ensino: melhores salários não melhoram aulas

Falemos de duas salas de aula. Na primeira delas, a professora Bety ensina matemática. O assunto pode parecer árido – geometria espacial –, mas, com suas esferas invisíveis dentro de cubos e pirâmides, Bety enfeitiça os seus alunos, que assistem à exposição da professora em silêncio compenetrado, interrompido apenas por perguntas prenhes de curiosidade. A segunda aula é de biologia. O professor, cujo anonimato preservo, é chamado, à boca pequena, de "ET" pelos alunos. Sua dicção é monocórdia e a pronúncia catequética de termos estranhos – "o ta-las-so-ci-clôôôô" – choca-se com a balbúrdia que impera entre os alunos. Pedacos de giz são atirados ao quadro-negro, bolinhas de argila vão parar nas paredes. A algazarra é tamanha que, no dia em que as provas corrigidas do bimestre seriam entregues, um aluno resolve trazer uma arma de brinquedo para intimidar o professor.

VEJA TAMBÉM

Exclusivo on-line

• **Os professores e a "frieza das estatísticas"**

Essas duas classes, na verdade, são uma só. O mesmo colégio, os mesmos alunos, o mesmo espaço físico, os dois retratos ocorridos no mesmo ano. Conheço-a bem: é a classe na qual me formei no ensino secundário.

Não conheço estudos empíricos sobre o assunto, mas durante a minha vivência de estudante casos como esses descritos acima formaram a convicção de que o problema da indisciplina na escola está fortemente associado à qualidade da aula que está sendo ministrada. Eis uma idéia que deve soar no mínimo estranha, possivelmente sacrílega, a qualquer pessoa bem informada que acompanha o debate educacional brasileiro. Pois, na questão da indisciplina, certamente predomina a leitura de que esse é um fenômeno de responsabilidade exclusiva do aluno – desajustado, vagabundo, porra-louca etc. –, de sua família – os pais que não ensinam mais valores aos filhos e só se lembram de ir à escola para reclamar quando o filho leva bomba – e da sociedade em geral, cada vez mais violenta e desrespeitosa.

Em realidade, não é apenas na questão da indisciplina escolar que a responsabilidade pelos nossos fracassos é atribuída à sociedade ou aos alunos e que os agentes do sistema educacional, especialmente os professores, aparecem apenas como as vítimas, que lutam sem jamais desistir apesar da enorme maré contra. Todas as questões relativas à escola foram seqüestradas pela agenda da corporação dos funcionários do ensino. Pense naquilo que você, leitor, acredita ser a solução para o problema da nossa educação. Provavelmente será algo que englobe alguns ou todos os seguintes fatores: aumento do investimento em educação, aumento do salário dos professores, diminuição do número de alunos nas salas de aula, aumento do número de horas letivas. Agora pense nesses fatores e pergunte-se: a quem eles beneficiam? Aos alunos ou aos profissionais do ensino?

Você provavelmente deve estar pensando: não é a mesma coisa? Professores mais satisfeitos e motivados não darão aulas melhores? Defender o professor não é o mesmo que defender os alunos? Você sucumbiu à propaganda da corporação, mas não se assuste: assim como os alemães da época hitlerista acreditavam que os não-arianos eram raças inferiores e os cubanos sob Fidel crêem que podem creditar todos os seus males à perseguição dos Estados Unidos, é difícil para qualquer um ter uma idéia diferente da propagada pelo discurso único. No caso da nossa educação, esse discurso é o dos profissionais do ensino.

É uma cantilena que tem lógica, claro. Faz sentido imaginar que professores e funcionários de ensino mais bem pagos serão mais motivados e, portanto, darão aulas melhores, ou que conseguirão dedicar mais atenção a cada aluno em salas menores, ou que a presença de equipamentos multimídia ou de uma quadra poliesportiva tenha efeitos positivos – assim como é bastante lógico imaginar que o Sol orbita ao redor da Terra, que o planeta é quadrado, que uma garrafa cheia de água chegará antes ao solo do que uma garrafa vazia ou que a melhor forma de combater uma doença que se espalha pela corrente sanguínea é retirando sangue do corpo por meio de sanguessugas. Muito do que é lógico é falso, e muito do que é verdadeiro é contra-intuitivo. A única maneira de estabelecer a verdade é testando, empiricamente.

No campo educacional, essa medição vem sendo feita de forma sistemática e metódica há mais de dez anos, e revela alguns achados talvez surpreendentes. Quando se analisa o desempenho de alunos em testes e se cotejam as características de suas escolas e professores, descobre-se que o número de alunos em sala de aula não tem impacto significativo sobre o aprendizado, nem o salário dos professores, nem a presença de infra-estrutura rebuscada nas escolas. Esses mesmos estudos empíricos revelam outros dados interessantes. Alguns dos fatores associados ao melhor desempenho do alunado não apenas não trazem benefícios aos professores como fazem com que tenham de trabalhar mais: alunos que fazem o dever de casa com mais frequência, por exemplo, têm desempenho melhor – e esse desempenho é ainda melhor se o professor comenta a sua avaliação, em vez de apenas marcar "certo" ou "errado". Também têm desempenho superior alunos que são avaliados constantemente por meio de provas, alunos de professores com um conhecimento mais aprofundado da matéria que ensinam e alunos de professores que faltam menos ao trabalho. Não é curioso que nenhum desses fatores conste da agenda dos sindicatos de professores quando eles fazem manifestos pela melhoria da qualidade da educação? Não, claro que não. Sindicatos devem defender a sua categoria. O problema não é que a corporação dos profissionais do ensino puxe a brasa para a sua sardinha; o problema é que eles tenham conseguido fazer com que o

país aceite como sendo um programa para o bem comum aquilo que é, na verdade, a defesa dos interesses da sua categoria profissional.

Esse deslocamento de prioridades só é possível porque há um vácuo na nossa sociedade, que parece ter se esquecido de quem é a nossa educação e para quem ela é feita. É bom lembrar, portanto, que a educação pública é de, digamos, "propriedade" do povo brasileiro, e não apenas dos profissionais que nela trabalham. Esses profissionais são servidores públicos e, portanto, não cabe a eles formular política pública, mas sim acatar o programa decidido pela sociedade por meio dos seus representantes eleitos. E isso em todos os níveis: assim como o professor de 1ª série de uma escola pública não pode decidir quando o aluno deve ser alfabetizado, os doutores da pedagogia da USP não podem formar, com dinheiro público, professores que eles desejam que sejam vanguardistas da revolução socialista. Finalmente, precisamos lembrar para quem é nossa educação. Um sistema educacional é criado para educar os alunos. É isso – só isso – que importa. Se as salas de aula são agradáveis ou não para o professor e se a escola é suficientemente convidativa para os seus funcionários são questões que deveriam ser relevantes apenas na medida em que comprovadamente afetam o desempenho dos alunos. A idéia de que nosso aluno não aprende porque não se interessa ou porque os pais não se importam com a escola é ridícula, para não dizer maliciosa. Seria algo na composição do nosso ar, ou algum vírus na água que os brasileiros bebem, que aniquila a curiosidade das nossas crianças e o desejo dos pais de ver os filhos progredindo na vida?

Precisamos de um reordenamento da nossa leitura da educação nacional. Cada vez que um aluno não aprende – e estão aí todos os testes, nacionais e internacionais, mostrando que o nosso aprendizado é catastrófico –, precisamos primeiro imaginar o que está errado na educação que ele recebe. Se ele não se interessa pela aula, é necessário ver se a aula não é desinteressante. Se ele não estuda, precisamos checar se ele recebe material suficiente e se tem as avaliações necessárias para saber que precisa estudar. Se o aluno não faz os deveres quando chega em casa, temos de verificar se eles estão sendo prescritos pelos professores, se estão sendo corrigidos e se o fato de o aluno não os fazer tem alguma consequência. Se os pais não participam da escola, devemos questionar se a escola se organiza de maneira a realmente permitir a participação dos pais, se eles se sentem convidados ou ignorados pelos diretores e professores de seus filhos, se percebem a escola como um espaço no qual podem e devem atuar ou como um ente distante, alheio, fechado. Somente depois de esgotados esses questionamentos é que deveríamos partir para a culpabilização de pais e alunos.

Parece radical, mas na verdade é óbvio. Se parece estranho, é bom sinal: do jeito que anda nossa educação, é bastante provável que o senso comum esteja errado.

13 de fevereiro, 2008

Ponto de vista: Claudio de Moura Castro Salário de professor

"A experiência dos estados mais bem-sucedidos mostra que consertar a educação requer muito mais do que jogar dinheiro no sistema"

Segundo afirmativa corrente, os professores da educação básica ganham pouco, por isso a educação é ruim. Como tenho a infeliz sina de acreditar na ciência, para mim isso é assunto de contar e medir. Ganhar pouco ou muito é uma questão relativa (como se viu pelas discussões sobre salários de deputados e juízes). Portanto, só tem sentido a comparação com categorias equivalentes. Com Gustavo Ioschpe, fiz uma revisão de duas pesquisas meticulosas, cotejando o salário dos professores com o de outros grupos profissionais na América Latina. Os resultados colidem com os mitos. Em confronto com pessoas de educação equivalente, os professores não ganham menos. Calculando-se os salários-hora, aumenta a superioridade salarial dos mestres, inclusive dos brasileiros. Ou seja, não se pode dizer que os professores ganham mal, considerando a remuneração de profissionais com igual escolaridade. Há significativas variações, de estado para estado, sendo alguns professores realmente mal pagos. Mas, como a educação é ruim na média, faz sentido comparar salários de professores, também na média.

Atômica Studio

Outro estudo interessante nos é dado por uma pesquisa recente de Samuel Pessoa, na qual o autor confronta os salários do sistema privado com os do sistema público. Em contraste com as conversas de botequim, em média os salários do setor privado são ligeiramente inferiores, apesar da ampla superioridade no desempenho dos seus alunos. Mais um abalo sísmico nos castelos da imaginação.



Outra maneira de ver o assunto é perguntar se a salários maiores corresponde um ensino de qualidade superior. Filosofar não resolve. Faz mais sentido calcular os coeficientes de correlação. No caso, esses números medem a probabilidade de que salários mais altos dos professores ocorram nos sistemas estaduais com melhor educação – medida por um índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) mais elevado. Foram tomadas várias definições de salário: do ensino médio, do fundamental, salário-hora, com e sem gratificação e, também, o orçamento estadual para a educação (per capita). Os resultados são sempre os mesmos, quaisquer que sejam as definições. Não há nenhuma associação entre salário alto e educação boa. Os estados com desempenho superior no ensino tanto podem pagar bem como mal. Por exemplo, Alagoas e Amazonas pagam muito e têm desempenho fraco. Minas e Santa Catarina pagam pouco e estão no topo da lista do Ideb.

Só há uma conclusão possível da análise de tais números: a má qualidade do nosso ensino não pode ser explicada pelos salários dos professores. Não se trata de metafísica nem de imponderáveis. Quem discordar dessa afirmativa que trate de demonstrar que os números estão errados. Mas, remexendo outros números, podemos encontrar algumas pistas intrigantes. Pesquisa recente indicou que 80% dos professores da rede pública estavam insatisfeitos e com sua auto-estima chamuscada. Já em uma pesquisa com escolas privadas de todo o Brasil, verifiquei que 80% dos professores estavam satisfeitos. Ou seja, com níveis salariais parecidos, as escolas privadas – não apenas as de elite – atraem melhores professores e os mantêm contentes. Não há dados confiáveis, mas parece que os professores estão também contentes nas públicas bem lideradas.

Se essas idéias fazem sentido, os sistemas públicos ganhariam em qualidade se conseguissem criar um ambiente mais positivo e estimulante para os seus professores. Como a escola tem a cara do diretor, a sua escolha irresponsável arruína o ensino. Onde isso ocorre, os professores se sentem desvalorizados e manipulados pela burocracia. Os mais graves pepinos estão no clientelismo do governo local. A politicagem passa na frente das preocupações com a qualidade. A carreira do magistério é leniente com malandros e incompetentes. É a "incompetência ignorada, a competência não reconhecida". No fim das contas, a experiência dos estados mais bem-sucedidos mostra que consertar a educação requer muito mais do que jogar dinheiro no sistema.

Entrevista: Maria Helena Guimarães de Castro Premiar o mérito

A secretária de Educação de São Paulo diz que o Brasil precisa livrar-se de vez do corporativismo e dar incentivos a quem merece

Monica Weinberg

Paulo Vitale



"A velha política de isonomia salarial contribui para a acomodação dos professores numa zona de mediocridade"

Como secretária estadual de Educação em São Paulo, a professora Maria Helena Guimarães de Castro, 61 anos, comanda uma rede de 5 500 escolas, 250 000 professores e 5 milhões de alunos. Nenhuma outra no país chega perto de tais números. É justamente nesse universo que será implantado pela primeira vez no Brasil um sistema segundo o qual as escolas passarão a ter metas acadêmicas no horizonte e receberão mais verbas caso consigam cumpri-las. O tal bônus será distribuído entre os funcionários. Depois de anunciado o novo sistema, a secretária passou a receber dezenas de e-mails de professores, alguns deles furiosos. "Eles querem aumento de salário, sim, mas dissociado do desempenho. Estão na contramão", diz a secretária. Cientista social de formação, desde 1993, quando assumiu a Secretaria de Educação em Campinas, Maria Helena ocupou diversos cargos públicos, entre eles o de secretária executiva do Ministério da Educação (MEC), durante o governo FHC, onde é lembrada por ter liderado a construção de um valioso sistema de avaliação das escolas brasileiras. Casada, mãe de três filhos e avó de quatro netos, ela concedeu a VEJA a seguinte entrevista.

Veja – *Nas próximas semanas, as escolas estaduais de São Paulo se tornarão as primeiras no país a ter metas acadêmicas a cumprir – e a ser premiadas com mais dinheiro caso consigam atingi-las. Quais resultados a senhora espera alcançar com tais medidas?*

Maria Helena – O objetivo é criar incentivos concretos para o progresso das escolas, a exemplo da bem-sucedida experiência de outros países do mundo desenvolvido, como Inglaterra e Estados Unidos. Eles não inventaram nenhuma fórmula mirabolante, mas, sim, conseguiram pôr em prática sistemas capazes de distinguir e premiar, com base em critérios objetivos, as escolas com bom desempenho acadêmico. As pesquisas mostram que, em todos os lugares onde uma política de reconhecimento ao mérito foi implantada, a educação avançou. No Brasil, esse é um debate novo e, infelizmente, ainda contraria uma parcela dos educadores.

Veja – *Qual é exatamente o motivo das críticas ao novo sistema?*

Maria Helena – Em pleno século XXI, há pessoas que persistem em uma visão sindicalista ultrapassada e corporativista, segundo a qual todos os professores merecem ganhar o mesmo salário no fim do mês. Essa velha política da isonomia salarial passa ao largo dos diferentes resultados obtidos em sala de aula, e aí está o erro. Ao ignorar méritos e deméritos, ela deixa de jogar luz sobre os mais talentosos e esforçados e, com isso, contribui para a acomodação de uma massa de profissionais numa zona de mediocridade. Por isso, demos um passo na direção oposta.

Veja – *Os professores se queixam de salários baixos. A senhora dá razão a eles?*

Maria Helena – Na comparação com outros profissionais no Brasil e também com professores de escolas particulares, um conjunto de pesquisas já demonstrou que os salários dos docentes na rede pública chegam a ser até mais altos. Esse é um fato, ancorado em números. Apesar disso, acho, sim, que faz parte das atribuições do estado criar estímulos financeiros à carreira, de modo a valorizá-la e conseguir atrair mais gente boa para as escolas públicas. O que não se pode fazer é defender aumento de salário indiscriminado para professor ruim, desinteressado ou que mal aparece na escola. Quem merece mais dinheiro no fim do mês são os bons professores e aquelas escolas públicas capazes de oferecer um raro ensino de qualidade, apesar das evidentes dificuldades.

Veja – *Como funcionará o novo sistema de premiação dos professores em São Paulo?*

Maria Helena – Criamos um indicador para aferir a situação atual de cada escola e, com base nele, estabelecer metas concretas. O desempenho dos alunos em provas aplicadas pela própria secretaria terá o maior peso. Esse é, não resta dúvida, um excelente medidor do sucesso acadêmico de uma escola. Outro é o tempo que um aluno leva para concluir os ciclos escolares. Da combinação desses e mais fatores resultará o tal índice. Depois de um ano, ele voltará a ser calculado. Só as escolas que conseguirem melhorar nas estatísticas vão receber mais dinheiro.

Veja – *De quanto será o prêmio?*

Maria Helena – O bônus pode chegar ao equivalente a mais três salários num ano. Isso para cada funcionário da escola, da faxineira ao diretor. Foi com um sistema bem semelhante a esse que a cidade de Nova York alcançou avanços notáveis. Fizemos aqui uma adaptação necessária à realidade brasileira: os professores mais faltosos serão automaticamente excluídos da lista dos premiados. É apenas o justo. O Brasil ainda está pouco habituado a encarar as políticas para a educação sob uma ótica mais voltada para os alunos. Eles merecem, afinal, assistir a uma boa aula – e por isso estamos deixando de premiar os professores campeões em ausência.

Veja – *De acordo com os mais recentes dados da OCDE (organização que reúne países da Europa e os Estados Unidos), os estudantes brasileiros aparecem nas últimas colocações em leitura, ciências e matemática. Como mudar esse cenário?*

Maria Helena – Um passo fundamental é fazer a escola se sentir responsável pelos resultados dos estudantes, algo ainda bastante longínquo, mas possível de alcançar com a cobrança de metas. Fiz uma pesquisa sobre o assunto na qual professores entrevistados em diferentes estados brasileiros repetiam a mesmíssima ladainha: "As notas dos alunos são ruins porque a escola pública é carente de recursos e os professores ganham mal". Não acho que seja razoável atribuir tudo a fatores externos. Segundo essa mentalidade atrasada e comodista, a culpa pelo péssimo desempenho geral é invariavelmente do estado brasileiro, nunca dos próprios professores, muitos dos quais incapacitados para dar uma boa aula. A falta de professores preparados para desempenhar a função é, afinal, um mal crônico do sistema educacional brasileiro. Sem desatar esse nó, não dá para pensar em bom ensino.

Veja – *Qual seria o melhor caminho para elevar o nível dos professores?*

Maria Helena – Num mundo ideal, eu fecharia todas as faculdades de pedagogia do país, até mesmo as mais conceituadas, como a da USP e a da Unicamp, e recomençaria tudo do zero. Isso porque se consagrou no Brasil um tipo de curso de pedagogia voltado para assuntos exclusivamente teóricos, sem nenhuma conexão com as escolas públicas e suas reais demandas. Esse é um modelo equivocado. No dia-a-dia, os alunos de pedagogia se perdem em longas discussões sobre as grandes questões do universo e os maiores pensadores da humanidade, mas ignoram o básico sobre didática. As faculdades de educação estão muito preocupadas com um discurso ideológico sobre as múltiplas funções transformadoras do ensino. Elas deixam em segundo plano evidências científicas sobre as práticas pedagógicas que de fato funcionam no Brasil e no mundo. Com isso, também prestam o desserviço de divulgar e perpetuar antigos mitos. Ao retirar o foco das questões centrais, esses mitos só atrapalham.

Veja – *A senhora pode dar alguns exemplos desses mitos?*

Maria Helena – Um dos mais populares é aquele segundo o qual o aumento no salário

dos professores leva sempre à melhoria do ensino. As pesquisas mostram que, quando o dinheiro vem dissociado de uma política de reconhecimento do mérito, ele surte pouco ou nenhum efeito. Um segundo mito bastante divulgado diz respeito ao tamanho das classes. Os educadores afirmam por aí ser impossível oferecer uma boa aula diante de classes cheias, mas os estudos sobre o assunto indicam que, tirando as séries iniciais, esse é um fator de pouca relevância. Escolas de diferentes países decidiram inclusive aumentar o número de alunos em sala de aula para resolver outra questão – esta, sim, de grande efeito positivo. Eles estão esticando as horas de permanência dos estudantes nas escolas e, para arcar com os custos da medida, precisam fazer caber mais gente numa mesma sala. Resta ainda o mito do livro didático. Os estudantes de faculdades de pedagogia aprendem a encarar os livros como uma espécie de camisa-de-força, e não como uma base a partir da qual podem ampliar os horizontes em sala de aula.

Veja – *O currículo escolar também é visto com certa reticência pelos professores brasileiros, segundo mostram as pesquisas...*

Maria Helena – De novo, os professores se sentem tolhidos na sua liberdade de ensinar – baboseira ideológica que passa ao largo de uma questão central. Sem contar com um currículo, o professor de escola pública no Brasil, de modo geral, continua a encarar as classes sem uma referência mínima na qual se mirar. Poucos estados brasileiros (entre as exceções, São Paulo, Minas Gerais e o Tocantins) dispõem de um currículo para oferecer às escolas, no qual estejam incluídos os assuntos a ser abordados em cada matéria, no detalhe. É uma pena. A experiência mostra que professores com um apoio didático dessa natureza vão mais longe em sala de aula. Investir na construção de um currículo, como fizeram alguns dos países da Europa dois séculos atrás, é certamente um destino mais adequado para as verbas públicas do que esparramar canteiros de obras Brasil afora – um caminho tão comum para o orçamento da educação no país.

Veja – *Quais são as melhores aplicações para o dinheiro destinado à educação?*

Maria Helena – Três tipos de uso do dinheiro surtem mais efeito em sala de aula, conforme apontam as pesquisas: além do investimento em produção de material didático, os cursos para melhorar a formação dos professores e os programas de valorização aos bons docentes também resultam em melhorias concretas no nível do ensino. Não dá para fugir ainda de gastos extras com escolas sem a infra-estrutura mínima. À frente dos 5 mil 500 colégios estaduais de São Paulo, tenho visto de tudo. Em algumas das escolas, a diretora precisa retirar diariamente lâmpadas e fiações ao final das aulas, para evitar roubos por parte dos próprios alunos. Eles costumavam trocar esses objetos por drogas. Outras escolas se tornaram verdadeiros emaranhados de "puxadinhos", extensões labirínticas do prédio original feitas pela própria comunidade. São apenas alguns retratos da desordem que precisamos enfrentar. Diante de tantas precariedades, a velha tradição brasileira de fazer pirotecnia com o dinheiro público da educação não parece ter o menor sentido.

Veja – *A que tipo de "pirotecnia" a senhora se refere?*

Maria Helena – À construção de escolas monumentais, repletas de quadras poliesportivas, piscinas olímpicas e centenas de computadores, por exemplo. Em geral, elas são um convite à ganância de dinheiro sem nenhuma evidência de retorno para a sala de aula a longo prazo. Isso porque, segundo indica a experiência, em pouco tempo essas escolas entram em decadência por exigir uma manutenção cara demais para os cofres públicos. Volto à mesma tecla: o que dá certo na educação é a aplicação

disciplinada de um conjunto de medidas bem mais básicas – e não aquelas de efeito festivo e mais vistosas, como ainda preferem alguns.

Veja – *Como algumas escolas públicas conseguem sobressair diante das demais, apesar do mesmo orçamento apertado?*

Maria Helena – Há um fator comum a todas as escolas nota 10, e ele merece a atenção das demais: trata-se da presença de um diretor competente, com atributos de liderança semelhantes aos de qualquer chefe numa grande empresa. Sob sua batuta, os professores trabalham estimulados, os alunos desfrutam um clima positivo para o aprendizado e os pais são atraídos para o ambiente escolar. Se tais diretores fossem a maioria, o ensino público não estaria tão mal das pernas.

Veja – *Na sua opinião, o Ministério da Educação (MEC) tem tomado medidas acertadas?*

Maria Helena – No geral, sim. Os esforços concentrados para melhorar a educação básica e a ênfase dada às avaliações das escolas são dois dos pontos positivos. Para mim, ver a educação de volta aos trilhos é um alívio. No primeiro mandato do governo Lula, tive meus momentos de tristeza.

Veja – *Por quê?*

Maria Helena – Foi um período de paralisia para a educação, com um retrocesso: o desmantelamento do antigo Provão, uma prova criada durante o governo Fernando Henrique para aferir a qualidade das universidades. Funcionava bem, mas acabou vítima de um velho hábito da política brasileira: o de não dar continuidade às medidas adotadas pelos antecessores. Numa área como a educação, de resultados de longo prazo, o tradicional bota-abixo a cada troca de governo é algo a ser combatido, tal qual fizeram países como a Irlanda e a Coreia do Sul, hoje modelos na educação. Eles só conseguiram abandonar o atoleiro de notas vermelhas depois de firmar uma espécie de pacto nacional, capaz de sobreviver às sucessivas trocas de governo ao longo de décadas. O Brasil tem hoje uma meta, para daqui a quinze anos, e há um bom consenso em torno das estratégias para alcançá-la. Precisa, daqui para a frente, começar a dar mostras de maturidade política para conseguir deixar a rabeira nos rankings internacionais de ensino – e, quem sabe um dia, aparecer entre os melhores.

